

O direito à diferença

ANA LUÍSA JANEIRA (*)

COMPLEXIDADE DO REAL E INTERDISCIPLINARIDADE

Mesmo sem existir ainda distanciamento histórico, pode-se avançar desde já, sem grande margem de erro, que o reconhecimento da complexidade do real é um contributo positivo do pensamento contemporâneo.

Contributo pertencendo aliás a uma configuração epistémica mais vasta: pela maturação na ordem teórica e prática, os elementos e relações passaram a ser abordados por ângulos multilaterais dando lugar a intercepções conceptuais e fronteiras fenoménicas sinuosas.

Contributo que se relaciona com o reconhecimento das limitações da unidisciplinaridade e da hipérbole analítica, quando a definição restritiva de um campo e o esboço do saber dão provas de não serem suficientes.

Estes factos implicam que a inteligência e o manejo dos objectos operados no interior das ciências, das ditas exactas às ditas humanas, se processe através de modelos teóricos e aparatos instrumentais requerendo

uma formalização e tecnologias adaptadas. Caso contrário os próprios conceitos e experimentação geram impasses e protelam avanços na aproximação do real. Daí que seja de dinamizar uma investigação científica empenhada na sua complexidade e não numa simplicidade abstractiva, como continua mesmo assim a acontecer, quer quando se perde a perspectiva de conjunto, quer quando se esquece o particular.

Neste contexto, a interdisciplinaridade adquire estatuto de urgência e retira exigências que vão impossibilitar o privilégio entre áreas, e tornar inaceitável a imposição hegemónica de qualquer disciplina.

Retomando de novo ideias que encontram eco em imagens de *Le Rhizome. Introduction* de Gilles Deleuze e Félix Guattari (cf. Deleuze e Guattari, 1976) e deles receberam inspiração, diremos que a disciplina corresponde a uma «raiz aprumada». A sua complexidade orienta-se para a autonomia de desenvolvimento, sob a acção de uma forte unidade principal em torno de conceitos, objectos e métodos.

Na *multi- ou pluridisciplinaridade*, que será uma «raiz fasciculada», a unidade original tende a ser abortada, ou melhor, tende para se destruir, pois vem-se intercalar nela uma multiplicidade imediata de várias ou-

(*) Bióloga. Docente na Faculdade de Ciências.

tras raízes. Todavia, isso não significa a ausência de uma certa procura de unidade, quanto mais não seja como núcleo e referencial.

A *interdisciplinaridade* constitui-se sob a forma de «rizoma». Já não é raiz, mas caule. Compõe-se de conexões e heterogeneidade. Cada um dos seus pontos pode entrar em interligação com qualquer outro, sem zonas nem ordens privilegiadas. Nela, cadeias biológicas interceptam-se com cadeias semióticas, políticas, psicológicas, etc... Não se revestindo de uma unidade fechada, mantendo-se numa ruptura assignificante; passível de ser rompida ou quebrada em qualquer ponto, toda ela é segmentações, estranhas a qualquer ideia de eixo genético fixo ou estrutura transcendente. É conectável, desmontável, susceptível de receber, a cada momento, modificações; sempre com entradas múltiplas, numa permanente ausência de valorização competitiva e hierarquia.

Podendo comportar disciplinas em formação, disciplinas já instituídas, que virão ou não a tornar-se em ciências, e ciências, a interdisciplinaridade manifesta-se como construção teórica do objecto, pelo incapado, polimorfo, intercruzado, translúcido e transtópico. Actua por sua vez, pela desordenação, desarranjo, dissidência e «déviance». Traduz-se, finalmente, em trabalho de equipe e intercepção (não somatório) de especializações» (Janeira e outros, 1978).

Dada a distinção com a pluridisciplinaridade — marcada pela coexistência de disciplinas que abordam objectos e seguem métodos sem interferências entre elas — a interdisciplinaridade não significa uma justaposição de áreas disciplinares reunidas à volta de um mesmo campo epistémico. Constrói-se antes pelas intercepções de objectos, interferências de níveis e influências metodológicas. Pelo que não significa também perda completa de autonomia disciplinar, muito embora nasça na confluência de tentativas e êxitos vindos do interior de cada disciplinaridade. Significa, sim, no âmbito

do que aqui nos ocupa, a validade desta reflexão: «Talvez seja frutuoso retomar neste espírito o estudo de um certo número de problemas que permanecem ainda hoje em grande parte enigmas, e a que esta distinção sistema-meio diz indiscutivelmente respeito: papéis respectivos do inato e do adquirido em biologia; respectivas influências dos factores genéricos e dos factores de meio na génese de certos estados patológicos; interacções entre os aspectos ideológicos, económicos, sociais, dos comportamentos humanos; etc... E as dificuldades encontradas para resolver cientificamente estes problemas não resultarão, pelo menos em parte, de se encontrarem mal colocados?» (De-lattre, 1981).

O DIREITO A DIFERENÇA

O real impõe, pois, o reconhecimento da sua complexidade, o que não anula antes se enriquece do direito à diferença, outro dos adquiridos científicos da contemporaneidade.

Em face dos exageros decorrentes da tendência para o globalismo, nomeadamente a novecentista, e independentemente dos esforços sistémicos existentes, a angulação pela diferença passou a penetrar na intelecção do sujeito e do objecto; o que tem sido descrito e reflectido especialmente no âmbito da filosofia e ciências ditas humanas, onde a especificidade desta dicotomia assume problemas e proposições particulares. A categoria de objecto, nos quadros da apreensão do real, requer o outro, repudiando-se às vezes a universalidade imposta pela transcendência ou qualquer outra artificialidade unificante. A categoria de sujeito, por seu lado, tende a espriar-se para além do consciente e questiona até, em certos casos, o seu centramento.

Como diz Gaston Bachelard: «desde que haja organização efectiva há motivos para fazer intervir o princípio de Pauli. Para fa-

lar de maneira filosófica, trata-se da exclusão do *mesmo*, do apelo ao *outro*. No interior de qualquer sistema, ou melhor para que elementos constituam um sistema, é necessária uma diversidade matemática essencial entre os componentes. Só substâncias químicas sem reacção, indiferentes entre si, como mundos fechados poderão ser idênticas» (Bachelard, 1971).

Pelo que importa unir esforços para superar os bloqueios decorrentes de uma tradição científica, também ela marcada por uma metafísica substancialista, e investir em raciocínios, técnicas e métodos orientados para a heterogêneo. Situação que implica o repensar da lógica da identidade, sob o suporte de uma racionalidade concebida como entidade privilegiada de controlo e multivalência, de modo a possibilitar formalismos montados sobre a disparidade.

O direito à diferença é proposto para a «carta dos direitos epistémicos» por pensadores provenientes de áreas várias, como Bachelard — Física, Química e Filosofia — e Jacquard — Biologia —, e em luta contra as correntes homogeneisantes e continuístas, de onde o real recebe um estatuto predominantemente unificante. Luta que se confronta com toda uma genealogia remota, acabando por enfrentar alguns dos alicerces do pensamento ocidental. Com efeito, o pensamento ocidental tem-se mostrado fechado ao diferencial e ao seu correlativo, o múltiplo, escondendo-se sob a capa da semelhança, igualdade e unidade, hipostasiando-as. Por isso o outro é incomodativo para a razão e metodologias redutoras, sensíveis à invariância e permanência contra a mutabilidade e favoráveis à identidade postíça em desprimor da insegurança pela diversidade. Dissolvendo as ir-regularidades, as a-nomias, as a-nomalias — a lei esconde a excepção —, a mesmidade precisa de apoios. Outrora era a filosofia e a religião, hoje o aparato formal e experimental das ciências.

Esta perspectiva torna ainda menos legítima, por artificialidade, a defesa das confu-

sões conceptuais desprezando a não-univocidade e mudanças de grau, e traduzindo-se geralmente no emprego indevido, quando generalizante, de uma mesma palavra, além do seu campo de aplicabilidade e validade. Confusões articuladas à necessidade de um referente estável para o sujeito, em demanda de suportes securizantes. Confusões que, ao receberem o qualificativo de cientificidade, se outorgam de legitimidade interna e de capacidades para servirem também como produtores de sentido, mesmo para fora de si. É precisamente aqui que a transposição de níveis, quando tida como garantida e permitida pela metodologia científica, se põe ainda às ordens de interesses e preconceitos ideológicos.

OS INPUTS E OUTPUTS SOCIAIS DAS CIÊNCIAS

As ciências exigem, pela sua situação de ciências-na-sociedade, grande lucidez sobre o quê, o como e o porquê dos seus inputs e outputs no social.

Mesmo entre os mais lúcidos há quem esqueça as áreas de conhecimento nunca absorvidas pelas ciências, a que Michel Foucault chama saberes, e que mantêm fronteiras com as disciplinas científicas próximas sem nunca viabilizarem, independentemente das rupturas epistemológicas porque as segundas se autonomizaram, qualquer divórcio total.

Mesmo entre os mais lúcidos há quem desvalorize o nexos lógico existente, apesar das transformações teóricas e experimentais internas, porque passam, entre as influências que saem e as influências que entram nas ciências. E isto porque se crê numa *epoché* epistemológica possível e praticável a cem por cento, como se as influências históricas e sociais e as opções dos cientistas fossem anuláveis e desprezíveis.

Mesmo entre os mais lúcidos há quem pense que a sua produção, das normaliza-

ções lógicas às hierarquizações axiológicas, só é feita pelas ciências ditas humanas. Acontece porém que as demais ciências, no caso a Biologia, também fabricam à sua maneira valores e comportamentos, padrões de raciocínio e até teorias de conveniência... chegando a ser requisitadas para aval de interesses que só aparentemente as ultrapassam e estão, muito pelo contrário, interiorizados nos seus complexos teóricos e experimentais, levando-as a tomar, já dentro de si próprias, posições sociais.

Mesmo entre os mais lúcidos há quem limite a não-neutralidade científica a produtos de carácter predominantemente tecnológico, secundarizando o que as ciências lançam para fora, à guiza de verdade, e que se introduz no corpo social fazendo parte das crenças e mitos da actualidade.

Mesmo entre os mais lúcidos há quem permaneça sujeito a vícios positivistas, incapazes que são de compreenderem como o poder do saber — para relembrar o saber para poder de Auguste Comte — não se pode dissociar das várias estratégias e variados jogos de poder, de cujas camuflagens não se deve deduzir inexistência ou ineficácia. Daí que se perceba como a esquerda e a direita — ex. debate sobre a questão nuclear na TV — trazem ambas na manga números e estatísticas para argumentarem e esgrimirem provas a seu favor.

Mesmo entre os mais lúcidos há quem manifeste ilusões de cientismo, expressas não só pela crença na onnipotência das ciências, mas pelas reticências e desconfianças em face de pesquisas e investigações montadas com outros princípios e outras lógicas. O que, dado o peso actual das ciências e dos cientistas, tem consequências de alcance muito desfavorável para a evolução do pensamento em geral.

O problema de se ter consciência da não-neutralidade das ciências, tal como se exprime hoje, é menos uma questão que passa pelo reconhecimento da sua inserção e impacto social — positivo e negativo —, por

demais evidentes, que o da participação activa e responsável nas diferentes instâncias, o que inclui naturalmente pessoas e instituições. Na verdade, uma coisa é ter-se consciência que as ciências são ciências-na-sociedade, outra coisa é poder-se assumir e assumir-se individual e colectivamente o facto. Neste particular, a Sociologia das ciências tem uma palavra a dizer, na medida em que se revele capaz de denunciar os mecanismos, de interesses e de poder, a que cientistas e instituições estão sujeitos, e contribua também ela para uma autocrítica participante em prol de uma produção científica integrada na construção de um mundo mais justo e de uma humanidade mais liberta.

É nesta óptica que a unidade ID marca a força operante com que as ciências têm de se empenhar no diálogo Norte-Sul e na nova ordem económica mundial.

É também nesta óptica que nos deparamos com um fenómeno novo na História das ciências, e que a ser iludido conduz à falsidade de se continuar a abordá-las — estatuto das ciências e dos cientistas — segundo modelos individualistas e desenquadrados do contexto social, o que teve alguma objectividade e sentido no passado, mas está hoje totalmente desactualizado e ultrapassado.

REFERÊNCIAS

1. BACHELARD, G. (1971) — *Le nouvel esprit scientifique*, Presses Universitaires de France, Paris, p. 84.
2. DELATTRE, P. (1981) — *Teoria dos sistemas e epistemologia*, A Regra do Jogo, Lisboa, p. 53.
3. DELEUZZE, G. e GUATTARI, F. (1976) — *Rhizome. Introduction*, Minuit, Paris, pp. 12-40.
4. JANEIRA, A. e outros (1978) — *Filosofia e interdisciplinaridade — descrição de duas práticas interdisciplinares (ensino, investigação)*, Sociedade Portuguesa de Filosofia. Lisboa, p. 62-63.